

HÁ QUE SE LER A PAISAGEM: A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho

Mestre em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco
dirceucadena@gmail.com

RESUMO

A significância cultural assumiu um papel central nas políticas de conservação patrimonial a partir da década de 1990. Diversas metodologias têm sido elaboradas para construir significâncias que expressem de forma clara, objetiva e coerente os valores orientadores das ações desenvolvidas em determinados patrimônios. Contudo, para as novas categorias patrimoniais, como a paisagem cultural, ainda há uma carência de caminhos para construir significâncias que orientem os gestores do patrimônio. Por ser uma categoria complexa, que integra diversos elementos naturais, culturais e imateriais em um só, a categoria apresenta algumas especificidades que exigem outras formas de atribuição de valor. Neste sentido, este artigo apresenta como a construção da significância cultural pode se utilizar da tradição geográfica de ler as paisagens, visando contribuir para a conservação integrada das novas categorias patrimoniais, sobretudo a paisagem cultural.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Significância Cultural. Conservação Patrimonial.

THE LANDSCAPE MUST BE READ: THE CONTRIBUTION OF GEOGRAPHY FOR THE CULTURAL SIGNIFICANCE

ABSTRACT

The cultural significance assumed a central role in conservation policies since the 1990s. Several methods have been suggested for express clearly and objectively the values that will guide the actions developed in certain heritages. However, the new heritages categories, such as cultural landscape, there is still a gap of ways to assure significance as a tool that could guide the management of heritage. Being a complex category, which integrates various natural, cultural, and material elements in one, the category has peculiarities that require other forms of value assignment. In this sense, this article intends to present as construction of cultural significance that may use the geographical tradition of read landscapes to contribute to the conservation of new integrated heritages categories, especially for the cultural landscape.

Keywords: Cultural Landscapes. Cultural significance. Heritage Conservation.

INTRODUÇÃO

Após a década de 1990, a UNESCO passou a requerer uma declaração de significância cultural de todos os bens candidatos a entrar na lista de patrimônio mundial. Ao fazer isto, a entidade destacou a importância deste conceito na avaliação e identificação de bens

Recebido em 18/08/2011
Aprovado para publicação em 25/02/2013

patrimoniais, tornando a significância, ao mesmo tempo, um instrumento analítico e um guia para as intervenções de conservação patrimonial (MUÑOZ VIÑAS, 2005).

Na Carta de Burra (1999), a significância cultural de um patrimônio é definida como o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras². A significância é, portanto, o conjunto de todos os valores identificáveis resultantes de julgamentos e validações sociais dos significados que um bem detém para os atores envolvidos (ZANCHETTI, *et. al.*, *op. cit.*). Tanto para obras de artes, edifícios isolados, sítios urbanos e paisagens culturais, a significância cultural deve fundamentar como um bem vai ser protegido e se ele deve mesmo ser conservado para as futuras gerações.

Apesar dos avanços existentes nas metodologias para construção de significâncias culturais (MASON, 2002), ainda faltam métodos voltados para a atribuição de valores à paisagem cultural enquanto bem patrimonial, ocasionando problemas na operacionalização desta categoria.

A ciência geográfica pode contribuir com a operacionalização da categoria da paisagem cultural no âmbito patrimonial, através da oferta de métodos para a construção da significância cultural. Coube aos geógrafos tradicionais (CORREA, 2009) utilizar a tradição de ler a paisagem para descrever os aspectos existentes no espaço, representando uma importante tradição de identificação das relações existente entre homem e meio ambiente. Esta tradição de leitura foi revalorizada a partir dos anos 1970, com a aproximação da geografia das ciências humanísticas, quando o visível passa a ser interpretado e os fenômenos são observados como algo pertencente a um todo maior, sendo a paisagem percebida individualmente, não como uma simples soma de objetos próximos uns dos outros (MELO, 2003). Com este pensamento, a tradição geográfica de ler o espaço através da observação é revalorizada, incluindo agora a análise dos significados em busca de uma compreensão da paisagem.

Como a paisagem cultural representa segundo a UNESCO o trabalho conjunto entre homem e natureza na construção de um espaço, utilizar a tradição geográfica de ler a paisagem pode contribuir de forma decisiva para a construção de significâncias culturais de bens inscritos na categoria patrimonial de paisagem cultural.

O artigo se insere neste debate propõe a apresentar como o processo de construção da significância cultural pode utilizar da tradição geográfica de ler as paisagens, visando contribuir com a conservação da categoria patrimonial da paisagem cultural. Para isto, o texto divide-se da seguinte forma: inicialmente serão apresentadas as características da paisagem cultural enquanto bem patrimonial e por quais motivos ela necessita utilizar novos métodos para construir a significância cultural. Em seguida, a abordagem geográfica irá mostrar um novo método de atribuir valores patrimoniais aos elementos presentes na paisagem.

PAISAGEM CULTURAL: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO CONCEITO

A inserção da paisagem no âmbito patrimonial ocorre a partir da necessidade de equacionar uma dicotomia que separava homem e natureza na identificação e gestão dos bens junto a UNESCO³. O estabelecimento da categoria da paisagem cultural em 1992 compreende um importante marco para as políticas patrimoniais e supera esta dicotomia ao reconhecer que alguns locais seriam passíveis de proteção e detentores de um valor excepcional para a humanidade, devido à relação ali estabelecida entre homem e natureza.

A paisagem cultural é definida como representativa do trabalho conjunto entre homem e natureza, ilustrando a evolução das sociedades e ocupações humanas através do tempo, sob a influência de oportunidades e/ou restrições presentes no ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais que nela interferem (UNESCO, 2008). Também são elaboradas algumas distinções e classificações entre as paisagens culturais, que

² *The Burra Charter*, disponível em: http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf

³ Ribeiro (2007, p.38-41) apresenta que a paisagem também já havia sido objeto de atenção de organismos internacionais. Contudo, nas abordagens dadas em documentos como a Carta de Atenas (1931), a Convenção de Washington (1941), a Recomendação de Paris (1962), a Recomendação de Nairobi (1976) e a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1986) a paisagem sempre foi tratada como algo que dava valor a um determinado bem, ou associada ao natural e belo, não representando o bem em si.

são: Paisagens Claramente Definidas - as que foram criadas e desenhadas pelo homem; Paisagens Evoluídas Organicamente – que refletem os processos de evolução em suas forma e componentes e Paisagem Cultural Associativa - valor dado em função das associações que são feitas, mesmo que não haja presença material da intervenção humana (RIBEIRO, 2007).

Outra importante contribuição à utilização da paisagem cultural para a identificação e preservação do patrimônio cultural é realizada pela Convenção Europeia da Paisagem (2000). Com características mais abrangentes daquelas instituídas pela UNESCO, a Convenção tem como objetivo principal introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens, constituindo um elemento fundamental para a gestão territorial.

Ao assinar a Convenção cada Estado signatário deve aceitar a paisagem como um componente essencial ao ambiente das pessoas, uma verdadeira expressão da diversidade do patrimônio cultural e natural, assim como base da identidade da sociedade; estabelecer e aplicar políticas da paisagem, voltadas a proteção, gestão e planejamento; entre outros pontos⁴.

Com base nestes artigos, alguns documentos foram produzidos como forma de inserir a paisagem em suas políticas de planejamento. Entre os quais se destacam os produzidos pelo Reino Unido⁵ e Catalunha⁶ para identificação, classificação e avaliações das paisagens nacionais.

No Brasil os debates sobre a paisagem enquanto bem patrimonial têm início a partir dos anos 2000⁷, porém sua institucionalização ocorre apenas em 2009, quando o IPHAN estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. O documento reconhece a Paisagem Cultural Brasileira como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Como é possível notar, a abordagem da paisagem no âmbito patrimonial ainda é recente. Mesmo na esfera da UNESCO, onde ela está próxima de completar 20 anos, ainda há algumas incertezas quanto aos métodos de construção da significância e da elaboração de indicadores para avaliação da conservação, restando ainda muito a caminhar na operacionalização da categoria patrimonial da paisagem cultural.

Enquanto categoria do patrimonial cultural, o tema apresenta especificidades que precisam ser tratadas a partir de abordagens integradas, em busca da manutenção das características tangíveis e intangíveis do bem. Assim, um dos grandes desafios é associar as diretrizes e os instrumentos de conservação e gestão, propostos pelos documentos oficiais, a uma categoria singular como a paisagem cultural.

Melo e Melo Filho (2011) apresentaram quais seriam as principais especificidades desta categoria. Segundo os autores, dois pontos tornam a paisagem cultural uma categoria diferenciada, e que por isto, necessitaria de atenções especiais quanto ao seu caráter dinâmico e sua abordagem holística do espaço.

Nas formulações geográficas sobre o conceito de paisagem, diversos autores reconheceram a característica dinâmica do conceito. Para Vidal de La Blache, que fundamentou seus estudos a partir da perspectiva histórica e da abordagem ecológica, a “paisagem contém a evidência da mudança e a dialética entre *genre de vie* e *milieu* significa que ela promove, bem como reflete, tal mudança” (COSGROVE, 2007, p.107).

Para Carl Sauer (1998, p.42), que desenvolveu seus estudos com base o método morfológico, a paisagem cultural não poderia ser compreendida sem levar em consideração os fatores temporais e espaciais existentes. O geógrafo americano descrevia os aspectos visíveis numa determinada área, considerando que eles estavam em um “[...] processo constate de desenvolvimento ou dissolução e substituição”.

⁴ Convenção Européia da Paisagem. Disponível em: www.conventions.coe.int

⁵ Disponível em <http://www.landscapecharacter.org.uk/files/pdfs/LCA-Guidance.pdf>

⁶ Disponível em <http://www.catpaisatge.net/fixers/Prototipus2006.pdf>

⁷ Duas cartas patrimoniais são marcos desses debates. A primeira, chamada de Carta de Bagé, conceitua a paisagem cultural como o resultado da atuação do homem sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades. A segunda, chamada de Carta da Bodoquena, apresenta uma nova categoria, o “geoparque”.

Marc Antrop (2005, p.2) considera que as paisagens sempre mudam em função de motivos variados, sendo isto o seu aspecto mais comum, pois elas “[...] são a expressão da interação dinâmica entre as forças naturais e culturais no ambiente”. Como a paisagem tem uma dimensão subjetiva ou imaterial, conforme posto pelos geógrafos culturais renovados, as interpretações realizadas pelos sujeitos também se transformam. Assim, para McDowell (1996, p.164) a paisagem representa uma maneira específica de olhar, sendo composta de significados e práticas culturais “[...] particulares a determinados grupos da sociedade, ao mesmo tempo em que são passíveis de alterações e contestações”.

No mesmo sentido, Duncan (1990) considera que os significados da paisagem são moldados pelas ideias, posição social e circunstâncias do observador que escolhe determinadas leituras ou compreensões em detrimento de outras interpretações possíveis.

No campo da conservação dos bens patrimoniais, o caráter dinâmico da paisagem cultural também é reconhecido. Esta característica é considerada por Randall Mason (2008, p. 182) como o principal desafio a preservação de seus elementos, afinal “a terra, as construções, a flora e fauna, as pessoas e as relações entre estes elementos estão constantemente se transformando”.

Para a Convenção Europeia da Paisagem (2000), a gestão de uma paisagem deve buscar harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, a UNESCO (2009, p.33) observa que o caráter dinâmico de uma paisagem cultural deve ser tomado como base de orientação à gestão:

O propósito da gestão das paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial é proteger o valor universal excepcional para as gerações presentes e futuras. A gestão tem como papel orientar as mudanças na paisagem cultural, mantendo os valores importantes.

A segunda especificidade da categoria reside em sua característica holística que liga aspectos naturais e culturais em um único bem, e possibilita uma grande variedade de interpretações geradas pela base cultural dos diferentes intérpretes. Cada indivíduo lê ou interpreta a paisagem dentro de seu próprio contexto cultural (ANTROP, 2005). Mas, se a paisagem pode unir tantos aspectos em um único bem, o que deve ser efetivamente protegido?

Ribeiro (2010) apresentou erros comuns em estudos que tratam sobre a paisagem cultural, enquanto categoria patrimonial. Segundo o autor, é uma falha tratar a paisagem como algo dado e assim tentar proteger todos os aspectos presentes no espaço. A paisagem exige do pesquisador uma escolha do eixo de leitura que orientará possíveis atribuições de valores e, como consequência, o estabelecimento de critérios para a identificação e futura avaliação da conservação da paisagem. Apenas a partir destas escolhas é possível responder de forma efetiva o que deve ser protegido, como será protegido e para quem será protegido.

Portanto, a paisagem é algo complexo de gerir, já que consiste de inúmeros elementos materiais e imateriais que interessam a vários atores. A questão imposta por ela não refere à fixação de seus valores, o que seria impossível devido a seu caráter dinâmico e holístico, mas sim o monitoramento e a avaliação das mudanças através de inventários nacionais, conforme proposto pela Convenção Europeia da Paisagem (ANTROP, 2005).

Frente a estas especificidades há uma necessidade de novos métodos de construção da significância cultural para as paisagens culturais. Neste ponto, a ciência geográfica tem uma grande contribuição, fortalecendo a relação entre a gestão patrimonial e a geografia, já estabelecida no âmbito acadêmico, mas que necessita de ações práticas na esfera da proteção patrimonial.

HÁ QUE SE LER A PAISAGEM: A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

Como visto, a paisagem cultural é dinâmica e complexa, está em constante mudança e refere-se a uma variedade de elementos que podem ser naturais, culturais e imateriais. Devido a isto, a identificação, conservação e avaliação de paisagens culturais não é algo simples, gerando questionamentos àqueles responsáveis por desenvolver ações de proteção patrimonial com base na categoria da paisagem cultural.

Acredito que a concepção apresentada pelos novos geógrafos culturais possa auxiliar a responder estas perguntas. Este grupo de geógrafos surgidos na década de 1980 se opunha as análises quantitativas desenvolvidas pelo pensamento positivista da nova geografia e procuraram incluir a dimensão simbólica no estudo da paisagem cultural (GOMES, 1996). Com eles a concepção da paisagem cultural deixou de ser vista como um simples resultado conforme apresentando por Carl Sauer (1998) e passou a ser compreendida como um reflexo da relação entre homem e natureza a partir de uma concepção holística (DUNCAN 1990).

McDowell (1996) mostra que estes geógrafos estabeleceram uma compreensão da produção e reprodução das culturas, através das práticas sociais que ocorrem ao nível espacial de maneira diferenciada. Neste contexto, como as paisagens são construídas ao longo do tempo e de forma específica, elas têm um caráter dinâmico, pois são modeladas pela ação dos grupos sociais, estando, assim, em constante evolução, se apresentando de forma diversificada.

Para responder às especificidades da paisagem foram criados novos métodos de interpretação, baseados nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e na hermenêutica, onde ela é algo passível de ser lida como um texto escrito por vários e diferentes autores, com diversas camadas históricas, superpostas ao longo do tempo, com possibilidades de interpretações variadas.

Estes textos são os contextos naturais, sociais e culturais, onde é possível interpretar os significados e valores atribuídos à paisagem, através das representações existentes nas diversas formas de expressões culturais, sejam elas escritas, visuais e orais, visando apreender os diferentes valores culturais que nela se expressam e que resultam das relações estabelecidas entre os grupos sociais e a natureza (MELO, 2010).

Através destes métodos de leitura, a paisagem permite-se ver, mas, além das simples formas visíveis, ela permite o encontro do homem com as dimensões de seu ser, tornado-se uma expressão da existência humana (BESSE, 2006). Neste ponto, os novos geógrafos culturais atualizam uma vertente tradicional da geografia ao considerar a paisagem como uma fisionomia da Terra, dependente do olhar do pesquisador. A paisagem seria composta de objetos materiais diversos, passíveis de atribuição de valores a partir dos significados que eles transmitem.

Não se trata de desconsiderar a visão, as diversas representações de paisagens feitas ao longo de séculos, ou os aspectos subjetivos. Na verdade, deve-se compreender que o visível na paisagem é uma manifestação de um “gênero de vida”, a partir da interação homem-meio. A leitura de paisagens deve buscar as formas para chegar à compreensão dos significados presentes e assim identificar no território o que é realmente necessário delimitar e, no caso patrimonial, conservar os valores atribuídos e expressos na declaração de significância cultural.

A delimitação dos elementos deve ser feita através de um julgamento do que é importante. Este julgamento pode ser construído a partir do olhar geográfico, o qual guiado em dois momentos pode contribuir bastante com a construção das significâncias de paisagens: Em um primeiro momento o olhar deve ser *analítico*, visando distinguir os elementos particulares, naturais e humanos que compõem uma dada paisagem. Em um segundo momento, o olhar deve chegar a uma consideração *sintética* do conjunto da paisagem. A realização deste tipo de estudo se dá por um verdadeiro *promeneur* geográfico, onde primeiro é preciso olhar; depois é preciso “ir ver”, ir a campo, pois só o olhar direto permite atingir o objeto na sua própria natureza, não bastando os registros científicos; por fim, é preciso saber ler a paisagem, ou seja, apreender os conjuntos de técnicas de interpretação para captar o objeto em questão (BESSE, 2006).

Como transformar a leitura da paisagem através destes caminhos em uma associação dos valores patrimoniais? A postura apresentada pode ser utilizada como base para a construção de significâncias culturais, porém, inicialmente, deve-se adotar uma tipologia de valores claramente definida. Mason (2002) coloca que “[...] existem tantos tipos de valores, e as interações entre eles são tão complexas, que a forma mais eficaz de tratar estas questões tem que começar com um claro, e efetivamente neutro, acordo para caracterizar os diferentes tipos de valores patrimoniais”.

A tentativa de estabelecer uma tipologia dos valores patrimoniais não é algo novo. Os esforços de organizar objetivamente as formas como os indivíduos valorizam algum bem, tem sido de

interesse tanto de autores individuais, como de instituições ligados à proteção do patrimônio. Alguns exemplos podem ser vistos nos estudos de Riegl (2006), English Heritage (1997), ICOMOS Austrália (1999) e Mason (2002).

Apesar da importância destas contribuições, elas representam orientações específicas de uma pessoa ou um grupo. Dependendo do objeto, a definição de uma tipologia tende a dar maior importância a determinados aspectos, em detrimento de outros que escapem de uma área específica do conhecimento, falhando numa abordagem mais holística. A Carta de Burra, construída em 1999 pelo ICOMOS Australiano, por exemplo, define o conjunto de valores como sendo estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para as gerações passadas, presentes ou futuras (ICOMOS Austrália, 1999). Neste exemplo, os valores econômicos são visto como derivados dos valores históricos e sociais, e por isso, encarados como secundários.

Aparentemente, estas tipologias são úteis para objetos que apresentam valores de fácil atribuição. Contudo, é mais complexo definir patrimônios que detêm uma forte característica mista. Esta complexidade é maior na atribuição de tipologias de valores específicos à paisagem cultural, que tem no seu arcabouço conceitual uma abordagem holística, integrando elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, em constante evolução.

A abordagem da paisagem cultural enquanto uma categoria patrimonial exige atribuições de valores e avaliações holísticas que contemplem tanto aspectos culturais quanto naturais. Desta forma, avaliações formalizadas por disciplinas específicas não deveriam ser aplicadas na categoria da paisagem, afinal “o que é percebido como de valor vai depender do interesse específico da disciplina” (STEPHENSON, 2008).

Como a paisagem é um objeto de estudo polissêmico, em função da variedade de ciências que se interessa pelo tema, ela é analisada a partir de diversas abordagens, sendo ora tratada como um bem ecológico, como recurso visual, como uma metáfora, como foco de disputa, envolvendo o poder de atores sociais, entre várias outras. Cada uma dessas abordagens tende a destacar determinados valores, enquanto alguns outros serão tratados de forma superficial, por escaparem o campo específico do conhecimento.

Outro problema nas avaliações da paisagem é que apesar dos métodos baseados nas consultas às comunidades envolvidas estarem ficando mais comuns, abordagens fundamentadas nas práticas dos *experts* ainda são recorrentes (STEPHENSON, 2005).

O problema das tipologias de avaliações tradicionais é que elas incorporam valores dependendo de propósitos específicos, correndo o risco de deixar de lado alguns outros (STEPHENSON, 2005). Com isto uma paisagem pode ser identificada segundo determinada tipologia, mas renegada ao esquecimento em função de outras. Ou seja, se a paisagem “se adequa aos critérios necessários, ela pode ser identificada e gerida de acordo com requisitos especiais. Se ela está fora dos critérios, não é um “patrimônio” e assim não é necessária uma gestão especial”.

Tipologias de valores, tradicionalmente baseadas em uma disciplina específica falham em revelar a riqueza e diversidade que a paisagem cultural carrega, sendo necessárias articulações mais amplas, que possibilitem a orientação de ações fundamentadas nas relações existentes entre homem e o meio, incluindo os conhecimentos de outros campos disciplinares, como a geografia, biologia, sociologia, arquitetura, entre outras.

Portanto, quando se trabalha com a categoria da paisagem cultural deve-se utilizar tipologias de valores que prezem por abordagens holísticas, compreendendo fatores naturais, culturais e imateriais de forma integrada. A escolha, ou construção, da tipologia de valores a serem seguidas é fundamental para a gestão das paisagens.

PARA NÃO CONCLUIR

As paisagens culturais, devido às suas especificidades, apresentam diversos desafios na construção de um sistema de gestão visando a sua conservação. Neste sentido, o desafio inicial é construir significâncias culturais com base em tipologias de valores abrangentes, que atendam às necessidades impostas da própria categoria.

O presente artigo procurou apresentar um novo método para construir a significância cultural, contribuindo com a operacionalização da categoria da paisagem cultural. Partiu-se da compreensão de que a significância cultural é fundamental para a definição do que se deseja proteger, atendendo as necessidades da teoria contemporânea da conservação (MUÑOZ VIÑAS, 2005), inserindo métodos que valorizam a participação coletiva na construção patrimonial, bem como aproximam outras disciplinas dos estudos da conservação.

Apreender os valores articulados através da significância cultural não depende apenas da observação desenvolvida por um corpo técnico específico, mas deve, sobretudo, integrar os significados atribuídos a cada bem patrimonial pela sociedade. Desta forma, a análise dos valores através da leitura de paisagens pode contribuir com a etapa de construção da significância cultural. Ler a paisagem para identificar elementos e significados patrimoniais é fundamental, pois a partir destas leituras podemos compreender e conservar o que de fato deve ser protegido nesta categoria: as relações humanas com o meio ambiente.

Ainda há muito que ser feito no percurso da paisagem enquanto categoria patrimonial. Não buscamos aqui concluir os debates, através da apresentação de um método único para construção da significância cultural, mas sim apresentar as possibilidades metodológicas oferecidas por outras disciplinas para a conservação patrimonial, neste caso a geografia.

Os trabalhos de construção metodológica para operacionalização da categoria devem, contudo, ser iniciados o quanto antes por outros campos teóricos, como a história, sociologia, biologia, geologia, entre outros. Apenas com a participação de todos estes campos disciplinares, poderemos proteger efetivamente nossos bens às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ANTROP, M., Why Landscapes of the past are important for the future. in: **Landscape and Urban Planning**, Vol. 70, 2005, pp. 21-34. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920460300207X>> Acesso em 08 fev.2010

Australia ICOMOS. **The Burra Charter**. 1999 disponível em : www.icomos.org/australia/burra.html. acesso em 10 jan. 2011

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**. seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006. 110 p.

CORREA, R. L.. Espaço: Conceito-Chave em Geografia. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 352 p.

COSGROVE, Denis. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224p. p. 103 – 134

COUNCIL OF EUROPE. Convenção Europeia da Paisagem, 20 de Outubro de 2000. Florença.

DUNCAN, J. **The City as Text: the politics of landscapes interpretation in the Kandyan kingdom**. USA: Cambridge University Press, 1990.

English Heritage. **Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future**. English Heritage Discussion Document. 1997. London: English Heritage

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

MASON, R. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: TORRE, Marta de la. **Assessing the values of cultural heritage: Research report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em <http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html> Acesso em 15 out. 2010.

_____. Management for cultural landscapes preservation: insights from Australia. In: LONGSTRETH, Richard. **Cultural Landscapes: Balancing Nature and Heritage in Preservation Practice**. University of Minnesota Press, 2008, pp.180-197

MCDOWELL, L, A transformação da Geografia Cultural. In: Gregory, D. *et. al.* (ed.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996, p. 161-183

MELO, V., **Um recorte da paisagem do Rio Capibaribe: seus significados e representações**. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____, A contribuição da categoria de paisagem cultural à preservação do patrimônio no Brasil e os seus desafios. In: **1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, Belo Horizonte. 2010 1 CD-ROM.

MELO, V.; MELO FILHO, D. C. de. Significance and Cultural Landscape: A new approach to heritage management. In: **6th Internacional Seminar on Urban Conservation**, Recife, 2011

MUÑOZ VIÑAS, S. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier, 2005

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152p.

_____. Os ídolos da Paisagem. Caminhos e Descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In: **1º Congresso de Organização Espacial**, Unesp Rio Claro, 2010. Disponível em <<https://sites.google.com/site/organizacaodoespaco/anais>>. Acesso em 15 mai. 2011

RIEGL, A., **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad.Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: UCG, 2006.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L. A.; ROZENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.12-74

STEPHENSON, J., The Cultural Values Model : An integrated approach to values in landscapes in: **Landscape and Urban Planning**, Vol. 84, No. 2. 2008, pp. 127-139. Disponível em: <<http://www.cnr.uidaho.edu/css501/images/Readings/cultural%20values%20model.pdf>> acesso em 10 jan. 2011

_____. **Values in Space and Time: A Framework for Understanding and Linking Multiple Cultural Values in Landscapes**. PhD, Geography. Otago University, Dunedin, New Zealand, 2005. Disponível em: <http://ourarchive.otago.ac.nz>. Acesso em: 13 jan. 2011

UNESCO WH Centre. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. UNESCO World Heritage Centre. 2008. Paris. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>. acesso em 20 dez. 2010

_____. **World Heritage Cultural Landscapes: A Handbook for conservation and Management**. World Heritage Papers, n.26, 2009.

Zancheti, S.M.; Hidaka, L.T.F.; Ribeiro, C.; Aguiar, B. **Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage**. City & Time 4 (2): 5, 2009. Disponível em: <<http://www.cecibr.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2011.